



O ESTADO EDUCADOR E A BNCC: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A PRODUÇÃO DE HEGEMONIA

Fernanda Cristina Martins Martti

Ione da Silva Cunha Nogueira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir as características político-pedagógicas da Base Nacional Comum Curricular, enquanto expressão de tentativas do Estado para a legitimação do consenso em torno da sociabilidade burguesa/capitalista. Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica como forma de conhecer a produção acadêmica existente sobre a temática. Com base na literatura utilizada, percebeu-se que esse documento se configura como mais uma estratégia do Estado para a consolidação de uma sociabilidade burguesa, formando um novo tipo de homem que atenda às demandas atuais do mercado de trabalho. Ao centrar sua base epistemológica na pedagogia das competências, a base reafirma a competitividade e o individualismo. A noção de competências também contribui para a homogeneização e limitação do trabalho docente.

Palavras-chave: BNCC; Estado Educador; sociabilidade burguesa

Introdução

A elite empresarial tem encontrado diferentes formas de manter sua hegemonia ao longo dos anos, conservando a dominação e exploração da classe trabalhadora como um fenômeno natural e inevitável. Para isso, essa burguesia conta com o Estado para exercer um importante papel: de legitimação e reprodução da ordem social existente.

Neves (2005), ancorada em estudos gramscianos acerca das estratégias capitalistas de dominação, afirma que o Estado, desempenhando o papel de educador, busca desenvolver, na grande massa da classe trabalhadora, um projeto de sociabilidade burguesa que visa a coesão social, através da formação de um novo tipo de homem e de trabalhador, conforme os interesses sociais do capitalismo mundial.



Gramsci (2017) afirma que o Estado tende a criar um certo tipo de civilização e cidadão, fazendo com que determinados costumes e atitudes desapareçam para que outros sejam difundidos. Para que isso ocorra, o Estado dispõe de alguns instrumentos, entre eles, destaca-se o uso do direito juntamente com a escola. Assim, essa cultura escolar, distante da cultura da população, era marcada pela intervenção da instituição escolar na sociedade, modificando a cultura de toda uma população e se colocando como ordenadora do social (FARIA FILHO, 1998), produzindo um novo tipo homem conforme os interesses dos grupos dominantes, de maior prestígio social e econômico.

De acordo com Neves (2005), uma das estratégias do Estado para a concretização desse projeto de sociabilidade se dá através da elaboração ou alteração da legislação. Assim, a lei é uma das faces do poder estatal que impõe, pela força, um certo tipo de ação desejado pelo grupo dominante dirigente. Nesse sentido, é possível perceber, ao longo das últimas décadas, um movimento do Estado Brasileiro voltado para reformas curriculares. Destaca-se, no espaço deste trabalho, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se trata de documento de caráter normativo que “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018).

A BNCC, desde seu período de elaboração até a homologação de sua versão final, tem sido alvo de muitas polêmicas entre professores e estudiosos da área da educação. Suas principais críticas voltam-se para o risco desse documento se tornar uma prescrição curricular, homogeneizando conteúdos e limitando a autonomia dos professores e das instituições escolares.

Por se tratar da normativa vigente para toda a educação básica brasileira, provocando mudanças nas políticas educacionais de currículo, formação inicial e continuada de professores, materiais didáticos e avaliações, este trabalho tem como objeto de estudo a BNCC e suas implicações para a consolidação de um projeto de sociabilidade de orientação neoliberal. Para nortear o estudo, partiu-se da seguinte problemática: “Como a BNCC se adequa ao projeto de sociabilidade burguesa/capitalista, de orientação neoliberal?”.



Para responder essa pergunta, outras tornam-se necessárias, tais como: Como o Estado Educador se faz presente na BNCC? Quais as estratégias utilizadas pela Terceira Via para a produção de um novo tipo de homem e de trabalhador, condizentes para a legitimação da hegemonia burguesa? Como a educação se faz necessária nesse projeto de sociabilidade?

Propondo um diálogo entre os estudos sobre a nova pedagogia da hegemonia e a Base Nacional Comum Curricular, este trabalho tem como principal objetivo discutir as características político-pedagógicas desse documento, enquanto expressão de tentativas do Estado para a legitimação do consenso em torno da sociabilidade burguesa/capitalista.

Também intenta discutir as estratégias utilizadas pelo Estado, na função de educador, para a consolidação de um projeto neoliberal de sociabilidade, assim como compreender a forma como a educação se torna alvo das estratégias da nova pedagogia da hegemonia para a conformação e disciplinarização do ser humano, visando a reprodução da racionalidade hegemônica de caráter neoliberal. Para tanto, utiliza-se como aporte teórico os estudos de Neves (2005) sobre a nova pedagogia da hegemonia e de Giaretta, Lima e Pereira (2022); Gonçalves e Deitos (2020) e Costa, Farias e Souza (2019), que trazem uma leitura crítica acerca da construção da BNCC.

Metodologia

Metodologicamente, este estudo é fundamentado pelos princípios do método dialético, uma vez que demonstra interesse pela totalidade, historicidade, dinamicidade e contradições do fenômeno estudado, superando suas aparências (WACHOWICZ, 2001). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em uma abordagem qualitativa, visto que ela, além de ser a base fundamental para o todo de uma pesquisa, possibilita conhecer a produção científica produzida sobre a temática (PIZZANI *et al.*, 2012). A pesquisa realizada para a produção deste artigo foi organizada em duas etapas: primeiramente, realizou-se a coleta de fontes bibliográficas nas bases de dados do *Google Acadêmico*, *Scielo* e Periódicos da Capes, selecionando trabalhos a partir do título e resumo. Posteriormente, foi feito o levantamento das informações e dados coletados na bibliografia selecionada.



Resultados e discussão

Para cumprir os objetivos já elencados, cabe, primeiro, definir o que se entende por Estado. Neste estudo, Estado é compreendido a partir de uma perspectiva gramsciana, como estrutura própria de um grupo, que legitima a hegemonia ideológica de uma determinada concepção de mundo. Dessa forma, considerando que o capitalismo é o sistema econômico e social vigente, pode-se entender que o Estado atua conforme o interesse do capital.

No cenário de crise que o capitalismo vem enfrentando nos últimos tempos, e nas mudanças qualitativas em relação à organização de produção e nas relações de poder, faz-se necessária uma reorganização da sociedade para que o capital possa, novamente, reestruturar seu sistema político e ideológico de dominação. É nesse contexto que Neves (2005) insere o projeto político denominado de Terceira Via, que ganhou destaque em meados de 1990.

Denominando-se para além da direita e da esquerda, esse projeto surge como alternativa frente aos efeitos negativos do neoliberalismo para a retomada de um projeto de sociabilidade burguesa através da coesão social e conciliação entre as classes sociais. Pretende apresentar uma nova agenda político-econômica para o mundo, dentro dos limites do capitalismo, constituindo, assim, um instrumento para a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

Com o neoliberalismo, o Estado passou a assumir o papel de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil ao invés de produtor de bens e serviços:

Em vista disso, o chamado Estado neoliberal figura-se e expressa-se como movimento inerente aos esforços de reorganização das relações de produção e de acumulação representativa da agenda do bloco hegemônico, caracterizado pelo americanismo industrial do século XX. Contudo, uma sociabilidade hegemônica que passa a operar sobre a profunda contradição de produzir consensos sobre uma agenda que assume a exclusão laboral, conseqüentemente a exclusão social como estrutural, ou melhor, como processo inerente à caracterização do Estado neoliberal (GIARETA, 2021, p. 8).

Com isso o Estado também passou a assumir o papel de provedor de serviços sociais à parcela excluída da sociedade, para suprir as necessidades que são causadas pelo próprio modelo de produção imposto e assim impedir que protestos e revoltas aconteçam.



Paulatinamente, passou a transferir essa tarefa para a sociedade social, agindo como estimulador de iniciativas privadas para prestação de serviços sociais em parceria com grandes empresas.

Desse modo, os excluídos não se veem como explorados pelo capital, mas sim, agradecidos ao Estado, tornando-se colaboradores com os mecanismos de consenso da sociabilidade burguesa. A própria classe dominante também é incentivada à capacidade de doação voluntária e fraterna, contribuindo para uma conciliação entre as classes. O sentimento de conformidade e solidariedade passa a ser incentivado pelo Estado para toda a sociedade civil, assim, esta o auxilia em seu papel de provedor.

A Terceira Via, retomando princípios neoliberais, procura criar uma nova cultura e reinventar a sociedade civil, a tornando uma instância do próprio Estado, contribuindo para a difusão das ideias e interesses da classe dominante. Dessa forma a “[...] sociedade civil se tornaria o lócus da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização entre as classes” (NEVES, 2005, p. 53). Nesse sentido, o Estado lança mão de diferentes estratégias, dentre elas, a educação ganha um destaque especial: Pregando o individualismo como valor moral e a ideia de meritocracia, a Terceira via promove o consenso de que a pobreza e o desemprego são consequências da incapacidade individual e podem ser enfrentados a partir da ajuda mútua entre a sociedade civil:

[...] temas antigos, como "cidadania", "Igualdade", "participação", "democracia", e novos, como "empreendedorismo", "voluntariado", "responsabilidade", dentre tantos outros, são tratados sob uma abordagem pedagógica que os distancia do conflitivo e antagônico processo de construção social que os define. (NEVES, 2005, p. 65).

Assumindo o papel de educador, o Estado desenvolve uma pedagogia da hegemonia na tentativa de criar um consenso ideológico acerca da sociabilidade burguesa. Para isso, a educação tem o papel de conformar os futuros trabalhadores ao futuro incerto, característico do mundo neoliberal em que vivemos, conciliando classe dominante e dominada afim de se evitar as polaridades do mundo globalizado e manter a coesão social. Isto é, manter a dominação de uma classe sobre a outra, de forma pacífica, sem protestos nem levantes da classe trabalhadora.

É nesse sentido também que o Estado desenvolve políticas sociais e incentiva a participação da iniciativa privada nas mesmas, passando de provedor para coordenador dessas



iniciativas na sociedade civil. Dessa forma, este se desresponsabiliza de suas atribuições e aumenta sentimento de gratidão da classe trabalhadora pela classe dominante. Dá-se o mínimo necessário para acalmar a classe dominada, a desencorajando de lutar pelos seus direitos (NEVES, 2005).

Desse modo, através de processos educativos, tem-se a necessidade de formar um homem que seja individual e coletivo, que se preocupe e se responsabilize pelo bem-estar social. Esse indivíduo deve autogovernar-se, sem que esse autogoverno conflite com os interesses da sociedade política, tornando-se, na verdade, sua complementação (NEVES, 2005).

Trazendo essa discussão para o contexto atual, é possível perceber, ao longo das últimas décadas, uma movimentação do Estado Brasileiro voltado às reformas curriculares, contando com a forte influência de organismos internacionais, sendo a instituição da Base Nacional Comum Curricular para toda a educação básica, a mais recente.

Vale lembrar que a discussão sobre uma base curricular comum não é atual. Ela é resultado de um processo de reformas curriculares que teve início com a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, sendo também uma exigência de organismos internacionais. A homologação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) também reitera a importância de uma base nacional comum para o Brasil, como forma de fomentar a qualidade do ensino.

Seu processo de definição envolveu consultas públicas em estados e municípios com professores universitários e da educação básica de diferentes áreas do conhecimento para auxiliar na construção da base. Um acontecimento importante de se destacar foi a participação e apoio de diferentes empresas e instituições financeiras para a construção de uma base curricular nacional comum, tais como Natura, Santander, Bradesco, Gerdau, Itaú (Unibanco), Volkswagen, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Todos pela Educação, Amigos da Escola, dentre outras. Macedo (2014) sinaliza para o fato de que os atores privados estão, cada vez mais, participando de debates educacionais e, dessa forma, produzindo novas formas de governabilidade, desenvolvendo soluções de mercado e sócio-empresariais para problemas na área da educação, contribuindo para uma desestatização.

A esse respeito, Neves (2005, p. 209-210) salienta:



O consenso ou a adesão espontânea a um projeto societário é, de acordo com Gramsci, o modo próprio como o capitalismo vem ganhando a disputa hegemônica nas sociedades urbano-industriais contemporâneas, que não mais se caracterizam pela restrição do poder à aparelhagem estatal. O Estado, longe de ser uma esfera separada do plano econômico, social e cultural- tal como a visão liberal a compreende -, sofreu um intenso processo de ampliação (na fórmula gramsciana, passa a compor-se de aparelhagem estatal + sociedade civil) e hoje é dominado e dirigido por organismos privados de hegemonia da burguesia, que trabalham diuturnamente para obter o consenso do conjunto das classes sociais para o desenvolvimento de um modelo de sociabilidade que beneficia a conservação das relações de exploração vigentes. É precisamente por isso que as estratégias educacionais mais do que nunca ganham importância vital na difusão dos conteúdos, habilidades e valores ligados a esse modelo de sociabilidade.

A base se apresenta como um documento completo e atual, importante para atender às demandas do aluno contemporâneo, o preparando para o futuro. Ao definir um conjunto de conhecimentos mínimos dos quais todos os alunos deverão se apropriarem ao findar sua trajetória na educação básica, ela se coloca como um meio de diminuir as desigualdades sociais existentes no Brasil, devido a sua grande diversidade de realidades. O documento se mostra como importante meio para promover a equidade educacional e alcançar a qualidade da educação brasileira.

Nesse aspecto, introduz o conceito de competências, estabelecendo dez competências gerais que constituem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. A Base define como competência a “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Para Costa Farias e Souza (2019), a base relaciona-se com um processo de regulação e controle da prática escolar, expressos na supervalorização das competências e habilidades e na avaliação desse processo de ensino-aprendizagem. O documento regula também o trabalho dos professores, sua autonomia e normatiza sua responsabilização quanto ao desempenho escolar dos alunos. Para esses autores, a definição de competências da BNCC mascara a concepção tecnicista, meritocrática e conservadora que existe nos fundamentos da base. Assim, ao



estipular dez competências gerais que devem ser adquiridas por todos os estudantes até o final da educação básica, a base minimiza e simplifica o consenso sobre a qualidade da educação para apenas a aquisição dessas competências e habilidades, medidas através de processos avaliativos, reduzindo a construção de conhecimentos às habilidades já pré-definidas.

De acordo com Giarata, Lima e Pereira (2022), a BNCC, ao centrar-se na pedagogia das competências como nova base epistemológica para a educação brasileira, aparece como um novo marco normativo em direção aos projetos educativos de sociabilidade neoliberal:

Esta proposição formativa parece se estruturar sob o ideal da promoção de uma formação vinculada a conhecimentos aptos à qualificação para o mercado, à potencialidade individual, à destreza e até mesmo ao gerenciamento das emoções, moldando perfis comportamentais. Ignora ou despreza a persistência da desigualdade estrutural no Brasil que se reproduz, em considerável medida, a partir da crença no discurso racional abstrato e economicista, derivado do paradigma neoliberal hegemônico e meritocrático, pressupondo que crianças, adolescentes e jovens das classes burguesas e subalternas nascem com as mesmas disposições em termos de capacidade, disciplina, autocontrole e autonomia para vencer na vida. (GIARETA; LIMA; PEREIRA, 2022, p. 745).

Ao estipular as competências socioemocionais, a BNCC parece querer ampliar a hegemonia do mercado capitalista, inclusive nas características subjetivas do sujeito, buscando formar um homem aos moldes das exigências do mercado, empreendedores de si (GIARETA; LIMA; PEREIRA, 2022). Esse novo ser humano a ser formado deve atender as necessidades de produtividade e eficácia do mundo neoliberal, estando preparado e adaptado para as incertezas e mudanças constantes no mundo do trabalho. Assim, esse novo cidadão deve ser capaz de autogerir-se. Nesse contexto, o controle das emoções favorece a conformação frente a realidade social. A preparação emocional, então, se torna requisito para a forma de sociabilidade preconizada pelo capital. (GONÇALVES; DEITOS, 2020).

Ao analisar as competências gerais estipuladas pela BNCC, Gonçalves e Deitos (2020) sinalizam para a valorização do documento em relação a consciência socioambiental, trazendo o cuidado com o planeta de forma superficial, sem contextualizar e inseri-lo no processo histórico de desenvolvimento socioeconômico que, frequentemente, causa inúmeros problemas ambientais.



De acordo com Silva e Santos (2018), as articulações políticas em torno na BNCC podem ser expressas através da avaliação, induzindo sentidos de qualidade da educação. Assim, o conhecimento que deve ser ensinado é aquele que pode ser traduzido por competências e habilidades que possam ser aplicados em diferentes contextos sociais. Os autores ainda elucidam que o conhecimento, na base, é visto de forma neutra, “[...] desvinculado das questões socioculturais que definem os sujeitos, por isso pode ser medido através de avaliações externas nacionais e internacionais”. (SILVA; SANTOS, 2018, p. 9).

Esse movimento pela base nacional reforça as avaliações centralizadas. Macedo (2014) reitera esse vínculo da BNCC com a avaliação a partir da efetiva participação do INEP nos debates para a construção da base. A autora avalia que essa cultura de avaliação acaba contribuindo para a total responsabilização do docente pela aprendizagem dos alunos.

A passagem do Estado de provedor para coordenador de iniciativas privadas fica ainda mais explícito na BNCC, esta, representa um avanço nas relações público-privado para as empresas do campo da educação, mediante a elaboração de livros, formação ofertada por iniciativas privadas em parceria com estados e municípios, como, por exemplo, as ofertadas pelo Instituto Natura, o que reforça ainda mais a ausência do Estado como financiador da educação pública (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2019).

Esse comportamento do Estado é decorrente de políticas neoliberais que visam a autorregulação da área de educação pelo mercado, orientando a mesma conforme a lógica do capital. Busca formar, nos alunos, as virtudes da competitividade e do individualismo, expressas na BNCC por meio da sua limitação em alcançar certas competências e habilidades. Assim, “A BNCC se constitui como um amparo legal que o capital encontra para o seu avanço na educação, e sua intenção de padronização curricular aos interesses do mercado, e excludente das diversidades e das minorias sociais” (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2019, p. 107).

Considerações finais

Com base na literatura apresentada, é possível perceber que a educação está entre as principais estratégias da elite para a concretização de seu projeto de sociabilidade burguesa. O Estado Educador, seguindo os interesses do capital, pretende reinventar a sociedade civil de



modo a formar um novo tipo de homem que se adapte às novas exigências do mercado de trabalho, incorporando a ideologia da classe dominante e se conformando com a ordem social vigente.

O Estado, ao assumir o papel de provedor de serviços sociais à parcela excluída da sociedade, para suprir as necessidades que são causadas pelo próprio modelo de produção imposto e assim impedir que protestos e revoltas aconteçam. Paulatinamente, também passou a transferir essa tarefa para a sociedade civil, agindo como estimulador de iniciativas privadas para prestação de serviços sociais, em parceria com grandes empresas. Dessa forma, os excluídos não se veem como explorados pelo capital, mas sim, agradecidos ao Estado, tornando-se colaboradores com os mecanismos de consenso da sociabilidade burguesa.

Na educação esse aparelho privado também se faz presente, ao influenciar diretamente as reformas curriculares, como a BNCC, por exemplo. Esta, incorpora o projeto de sociabilidade burguesa à medida em que centra sua base epistemológica na pedagogia das competências, reafirmando a competitividade e individualismo, controlando o currículo de todas as escolas brasileiras, assim como a autonomia dos professores.

Contudo, vale ressaltar que, conforme afirma Neves (2005), a escola, assim como outros aparelhos privados de hegemonia, tem, intrinsecamente e, dependendo da situação histórica, a possibilidade de responder de forma contrária a certas orientações, abrindo espaço para a consolidação de uma contra-hegemonia. Conforme o grau de difusão de ideias contra-hegemônicas na sociedade civil, a própria escola pode ser permeável à influência de outros ideais e projetos pedagógicos, difundindo uma outra visão de mundo, mais justa e emancipada.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- COSTA, M. C. S.; FARIAS, M. C. G.; SOUZA, M. B. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Formação de Professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-revista de educação**, n. 10, p. 91-120, 2019.
- FARIA FILHO, L. M. de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de educação**, v. 24, p. 141-159, 1998.



GIARETA, P. F. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, p. 1-17, 2021.

GIARETA, P. F.; LIMA, C. B.; PEREIRA, T. L. A política curricular da BNCC e seus impactos para a formação humana na perspectiva da pedagogia das competências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 0734-0750, 2022.

GONÇALVES, A. M.; DEITOS, R. A. Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise teórica e ideológica da proposição socioemocional. **Revista Inter Ação**, v. 45, n. 2, p. 420-434, 2020.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, notas sobre o estado e a política**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

SILVA, M. V.; SANTOS, J. M. C. T. A BNCC e as implicações para o currículo da educação básica. **Anais do Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido**. Campina Grande, PB, 2018.

WACHOWICZ, L. A. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 3, p. 171-181-, 2001.